



# PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO: TRAVASSOS, GOLBERY, MEIRA MATTOS

Nicolas Buscovich

*Tradução de artigo publicado no nº 34 de Geopolítica Ha-  
cia una Doctrina Nacional, revista trimestral do Instituto de  
Estudos Geopolíticos da Argentina, dentro do programa de  
Intercâmbio mantido com A Defesa Nacional.*

*Especialista em estudos de infra-estrutura econômica bá-  
sica e desenvolvimento regional, o autor nos dá sua inter-  
pretação sobre o pensamento geopolítico brasileiro contem-  
porâneo, identifica um desequilíbrio geopolítico gerado pelas  
grandes obras empreendidas pelo Brasil nos últimos anos e  
apresenta propostas para contrabalançá-lo.*

## A geopolítica brasileira

**O** Brasil teve, através dos anos, homens que pensaram em termos geográficos e souberam valorizar o território como fator de poder. Se deixarmos de lado a frutífera etapa colonial — com um Alexandre de Gusmão, autor do Tratado de Madri, que reconhece o direito das conquistas portuguesas e dos bandeirantes depois de Tordesilhas, o gênio político de José Bonifácio ou a eficiência expansionista de José Maria

da Silva Paranhos, mais conhecido como Barão do Rio Branco — e circunscrevermos a análise às últimas décadas, deparamo-nos com Mário Travassos, autor, em 1931, de *Projeção Continental do Brasil*; Everardo Backheuser, com sua *Geopolítica Geral do Brasil*; o General Lysias A. Rodrigues que, em 1937, escreveu *Projeção do Brasil*, e os contemporâneos: Golbery do Couto e Silva (*"Geopolítica do Brasil"*), Carlos de Meira Mattos (*Brasil: Geopolítica e Destino, Projeção Mun-*



diano 30 (Ilha Martim Vaz, no Atlântico).

O que mais se destaca nestes pensadores geopolíticos é que centraram suas observações na realidade brasileira. Para todos eles, geopolítica era – e é – inseparável do conceito de nação. Assim o explica claramente Golbery em seu citado livro: “A contribuição da geopolítica só será válida se, como a estratégia, situar-se em objetivos permanentes”... “Tal é o fundamento da verdadeira geopolítica, que, embora admita, como toda arte, princípios gerais e consolide-se em torno de uma doutrina válida para qualquer meridiano ou paralelo, nunca deixará de ser, antes de tudo, uma geopolítica nacional. O corpo coerente da doutrina geopolítica brasileira é o resultado dessa tradição na análise e na investigação da realidade nacional, tão necessária no mundo atual para orientar a ação dos homens de Estado.” “Para nós”, prossegue Golbery, “a geopolítica é a fundamentação geográfica de linhas de ação política, ou, melhor, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular, de uma análise baseada principalmente nos conceitos básicos de espaço e posição, quer dizer: política como resultante das análises geográficas”.

## OS HOMENS-CHAVE DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Nas últimas décadas, cada

geopolítico importante do país vizinho – Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos – desempenhou um papel transcendente em cada etapa, também importante, do desenvolvimento brasileiro.

Travassos é o homem que, com seu breve mas substancioso livro, escrito quando era um jovem capitão do Exército de seu país, inspirou toda a geoestratégia posterior para a execução de uma complexa e integrada infra-estrutura ferroviária (leste-oeste) e o plano de transporte fluvial, com a interconexão de suas diferentes bacias, destinada a desenvolver uma extensa rede de navegação interna para neutralizar a atração para o sul, contrariando o “determinismo geopolítico” *natural* e *histórico* que se orienta em direção aos vales e aos rios (Paraná, Paraguai, Vermelho, Uruguai).

Golbery do Couto e Silva foi o homem de maior influência nos governos militares do Brasil entre 1964 e 1983. Integrou o seleto grupo de assessores do Comandante da Revolução, General Castelo Branco, na Escola Superior de Guerra, que investigara profundamente, a partir de sua fundação, em 1949, o campo do conhecimento da realidade brasileira, e formulou uma doutrina de segurança nacional. Ali se formaram as elites militares e civis para governar o Brasil na etapa revolucionária. Golbery, que ensinara, nessa Escola, geopolítica, passou a cargos executivos de decisiva im-

portância no manejo do Estado, constituindo, como Chefe Militar e da Casa Civil da Presidência da República, o fator de poder mais influente nas sucessivas etapas dos governos militares. Em outro país vizinho da América – Chile – dá-se idêntico caso, na mesma ocasião: o General Augusto Pinochet Ugarte, ideólogo geopolítico e professor na Escola de Guerra, passa a desempenhar funções executivas do mais alto nível.

A revolução brasileira produziu um processo de mudança, colocando este país nos umbrais de converter-se em potência mundial de primeira grandeza.

Meira Mattos pode ser considerado, com justiça, o “novo Travassos” do Brasil atual. Concluída a etapa revolucionária, o geopolítico de duas décadas de transformações (Golbery), em que foi realizado o modelo “Brasil, projeção continental”, é substituído pelo geopolítico da etapa democrática (Meira), cujo projeto é “Brasil, projeção mundial”. Meira Mattos é autor de numerosos trabalhos sobre o tema, a partir de 1951. Nos últimos anos escreveu livros excelentes para uma nova geoestratégia. Culminou sua brilhante carreira militar com o cargo de vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, para o qual, pela primeira vez, foi designado um oficial brasileiro.

### **O pensamento de Travassos**

Travassos, na década de 30,

com sua concepção de “projeção continental” – para o que era preciso neutralizar as influências platinas (de Buenos Aires e do interior da Argentina, que, então, exerciam hegemonia e penetração em face do dinamismo da navegação dos rios Paraguai e Vermelho) e a rede de estradas-de-ferro e de rodagem que atravessavam as fronteiras para chegar às capitais dos países vizinhos e seus principais centros povoados e de produção – não crê no determinismo geográfico.

Ao contrário, considera que a ação do homem modifica as vantagens naturais, como acontecia então com as ligações das regiões centrais do continente (Bolívia, Paraguai, Mato Grosso) com Buenos Aires, mais afastada do que as saídas por Santos, e as facilidades naturais do Amazonas, em relação ao sistema platino. Diz no Capítulo I: “A rede viária das nações do Prata (Argentina) é uma das mais expressivas demonstrações de quanto vale o homem como fator geográfico de primeira qualidade”... “Aspectos como essa rede de estradas não deixam dúvidas de que a geografia política não é, em verdade, senão qualquer geografia animada pelo homem”... “No caso particular dessa rede de comunicações, essa atuação mostra-se muito interessante, posto que as vias vão concentrar-se no próprio coração de um dos países da Bacia do Prata, em Buenos Aires, centro viário, na própria

margem do referido rio, no Atlântico.”

Mais adiante, refere-se, com enorme preocupação, ao caráter expansionista da política de transportes do Prata, e diz: “Como se vê, Buenos Aires está ligada diretamente por estrada-de-ferro às capitais de três países limítrofes: a Assunção, completando-o com a via fluvial, que assegura, também, a ligação entre as redes argentina, e uruguaia (Concórdia-Salto); a Santiago (Valparaíso), por meio da via férrea de montanha que vincula a riqueza andina ao Atlântico; a La Paz, pela união em Tupiza da via argentina com as linhas bolivianas, depois de percorrerem seus trilhos, até La Quiaca, 1.975 km”. . . “Quanto ao caráter concêntrico do sistema, é evidente sua importância”. . . “Por um lado as vias navegáveis nada perderam”. “Não há rivalidade e sim cooperação”. Além disso, o serviço portuário e as condições técnicas de navegabilidade fluvial desenvolvem-se cada dia mais e o Estado argentino mantém permanentemente dragados os rios navegáveis.”

Frente a esta realidade na década de 30 (hoje totalmente modificada em favor do Brasil), Travassos esboçou a criação de um “novo determinismo transversal” com o traçado de vias férreas e rodoviárias com terminais nos portos profundos do litoral brasileiro (Santa Cruz, Corumbá, Santos) e com a abertura do Amazonas à navegação do centro do continente (prolonga-

mento da estrada-de-ferro Santa Cruz a Trinidad e Guajará-Mirim). A consolidação da “marcha para o oeste” requeria o controle do “triângulo mágico” da Bolívia (Santa Cruz-Sucre-Cochabamba), considerado o verdadeiro “hinterland” do continente sul-americano, para onde convergem e onde se unem as grandes regiões naturais, que logo darão origem aos pactos regionais (do Prata, do Amazonas, e Andino). A Bolívia é o único país encravado nas grandes regiões naturais da América do Sul.

### O pensamento de Golbery do Couto e Silva

Golbery foi – como o assinalamos acima – o detentor do poder “atrás do trono” no período da revolução militar iniciada em 1963, que consolidou o Brasil como poder econômico-industrial e possibilitou o grande salto em sua integração territorial – a interiorização do Brasil – com a construção de estradas extensas e estratégicas, dezenas de aproveitamentos hidro-econômicos, a navegação interior, os portos profundos como terminais dos “corredores de exportação” e a incorporação, à economia nacional, de imensos territórios de Mato Grosso, Amazônia, Rondônia, Pará, Goiás e outros estados afastados. Relacionava a liderança brasileira no subcontinente à projeção mundial dos Estados

Unidos, com a teoria do "comércio leal", das "frentes ideológicas", das "fronteiras navais", de "satélite privilegiado" dos Estados Unidos, a "projeção andina", a "vocalização platense", a concepção do "pragmatismo responsável" etc.

A concepção de Golbery se enquadra na visão do "destino manifesto brasileiro" e de "potência emergente" em um universo em mutação. Em seu livro *Geopolítica do Brasil* (edição El Cid Editores, 1978) pode-se analisar seu pensamento, em pontos essenciais, para uma geopolítica brasileira no quadro continental.

Este pensamento central abarca o "destino manifesto" do Brasil como líder absoluto do subcontinente, o seu papel exclusivo na segurança continental (para o que devem fazer valer seu poder e desenvolvimento, atualmente maiores em relação à região, com uma estratégia baseada nos acordos bilaterais e na rejeição aos multinacionais) e a oposição terminante a toda integração política – e também econômica – dos países desintegrados desta parte da América:

– *Estados-barões e Estados-satélites* (pág. 41): "Abre-se a era da história continental predita por Ratzel." "Os países fortes tornam-se cada dia mais fortes e os fracos, mais fracos a cada dia; as pequenas nações vêem-se repentinamente reduzidas à humilde condição de estados pigmeus, e lhes é profeti-

zado, abertamente, um final obscuro, sob a forma de iniludíveis integrações regionais; a equação do poder do mundo simplifica-se a um reduzido número de termos e nela se percebem, desde já, apenas raras constelações de Estados-barões, rodeadas de satélites e vassallos".

– *Domínio do Atlântico Sul* (pág. 99): "Nosso nordeste é um amplo e inigualável porta-aviões que dará, aos comboios norte-americanos que demandam a África, a segurança da travessia oceânica na parte mais estreita e, portanto, menos vulnerável do Atlântico"... "Se a geografia conferiu à costa brasileira o monopólio do Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro e deve ser exclusivamente exercido por nós.

– *Statu quo territorial na América do Sul* (pág. 99): "... os Objetivos Nacionais Permanentes (são nove), que devem inspirar toda nossa ação política, tanto no âmbito interno, como no campo internacional são: ... 7º "A manutenção do *statu quo* territorial na América do Sul, contra qualquer tentativa revisionista ou formação de blocos regionais, políticos ou simplesmente econômicos, que possam constituir uma ameaça para a própria paz do continente." Para não deixar dúvidas a respeito, Golbery volta, adiante, ao tema, em seu citado livro (pág. 162) (*O Brasil no esquema sul-americano*): "Do ponto de vista de

possíveis antagonismos que sempre poderão surgir entre Estados do continente, estimulados pela própria dinâmica de tensões naturais ou por motivos de outra ordem, é certo que o Brasil nunca deverá ignorar nenhum deles, intervindo para preveni-los, limitá-los ou apaziguá-los e, se possível, para fazê-los cessar, dentro do objetivo central de assegurar a paz, reforçar a unidade continental e manter o *statu quo*." "Somos uma nação territorialmente realizada, satisfeita com o território que lhe pertence, devido a antigos conflitos que não pudemos evitar, e a uma atuação diplomática perseverante e clarividente: portanto de nenhuma maneira compartilharemos ou sequer transigiremos com qualquer idéia sem razão de revisionismo de fronteiras."

### O pensamento de Meira Mattos

O General Carlos de Meira Mattos é o "geopolítico da democracia", na atual etapa do desenvolvimento brasileiro, que avança da concepção de "projeção continental" à "projeção mundial". Assim o expressa no prólogo de seu livro *Projeção Mundial do Brasil* (1960): "Passaram já 30 anos. Muitas das idéias lançadas por Mário Travassos continuam em plena vigência, como a do "Rumo ao oeste"... "Projeção Mundial do Brasil", que agora apresenta-

mos, está na linha intelectual de seu quase homônimo (Projeção Continental do Brasil), escrito pelo Marechal Mário Travassos. "Dele recebemos as primeiras luzes da geografia, quando éramos tenente em 1937." "Nele nos inspiramos e encontramos estímulo." "O capitão de 1931 sonhava com um Brasil como potência continental." "A ele pedimos licença para sonhar agora com um Brasil como potência mundial."

São pontos essenciais de seu pensamento, extraídos de seu livro básico *Uma Geopolítica Pan-Amazônica* (1980):

- *Integração multinacional do Amazonas*. Propõe a integração multinacional sem limites dessa extensíssima região de mais de 7.000.000 de km<sup>2</sup>, dos quais 4.870.000 pertencem ao Brasil. Explica claramente a razão estratégica no Capítulo V: "O Pacto Amazônico e sua articulação com o Pacto Andino, de onde se pode concluir que, para Meira, duas situações geográfica e fisicamente semelhantes (exploração e desenvolvimento do espaço geo-econômico de duas bacias fluviais como a do Amazonas e a do Prata), porém com uma situação geopolítica diferente pelo domínio do acesso oceânico do rio, sugerem, também, duas geoestratégias opostas. No Amazonas, a integração multinacional realiza-se em benefício do Brasil, o que não se dá na Bacia do Prata, onde a integração física benefi-

ciaria a Argentina e o Uruguai, que são os donos da foz do Rio da Prata. Diz, na pág. 120: "No sistema transnacional amazônico, *que não é igual ao platino*, foi o Brasil, indiscutivelmente, o campeão da integração regional." "A seriedade e sinceridade de nossa posição na região amazônica não pode ser questionada, já que, sob o ponto de vista geopolítico, considera-se uma verdade universalmente aceita que a colaboração regional ao largo do eixo das grandes bacias fluviais coloca em posição privilegiada a nação que domina a embocadura oceânica." "Podemos confrontar, nós, os brasileiros, duas situações diametralmente opostas: na regionalização da Bacia do Prata não desfrutamos desse privilégio, favorável à Argentina e ao Uruguai."

— *Desenvolvimento da Bacia Amazônica apenas pelos países que dela fazem parte.* O papel exclusivo dos países amazônicos no desenvolvimento da região onde, como vimos, o Brasil tem participação e influência preponderante, por constituir o coração com grande parte de seu território e 90% de sua população, dominar o acesso oceânico do rio e possuir uma economia nacional maior e mais desenvolvida que todas as outras economias nacionais juntas (as Guianas, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia). Na pág. 122 expressa, referindo-se ao Tratado de Cooperação Amazônica: "Sob o

andaime formado pelos 28 artigos do tratado, podem distinguir-se as vigas mestras de cinco princípios fundamentais: 1) a competência exclusiva dos países da Região no desenvolvimento e proteção da Amazônia"... A responsabilidade exclusiva dos países amazônicos nesta exigência é a resultante da própria natureza transnacional da Bacia"... "O corolário desta regionalização é que o bilhete do ingresso ao Tratado deve ser a condição amazônica de uma nação, que não pode ser outorgada, nem negada a nenhuma delas, porque visa-se um objetivo: *a presença soberana e independente da Amazônia.*

— *Geopolítica e regiões desintegradas.* É interessante como Meira Mattos justifica com argumentos atuais (seu livro foi escrito em 1980) a incorporação do então território boliviano do Acre, em princípios do século. Diz na página 59: "A Bolívia mostrou-se completamente incapaz de ocupar a região que reivindicava." "Não encontrou os recursos para superar o fato consumado de que a área foi ocupada pacificamente e transformada em um importante manancial econômico"... "A incorporação do território por 'compra', na ocasião da revolução dos acreanos (imigrantes brasileiros atraídos pela explosiva demanda mundial do caucho), leva Meira a tirar a seguinte conclusão: *"Como consequência, do ponto de vista geopolítica,*



co, harmonizaram-se a geopolítica e a economia em uma região integrada." O custo dessa 'compra' para o Brasil é detalhada com simplicidade e sem rubores pelo General na pág. 56: "Termina-se a questão acreana com um ato diplomático de grande repercussão – a assinatura do Tratado de Petrópolis, a 17/11/1903 – pelos chanceleres do Rio de Janeiro e La Paz, pelo qual o Brasil incorpora 181.000km<sup>2</sup> a seu território, oferecendo em troca algumas compensações territoriais que somam 2.296m<sup>2</sup>, além do compromisso de construir uma estrada-de-ferro paralela ao trecho com saltos do rio Madeira, a fim de permitir a saída do caucho boliviano pelo Amazonas."

É também muito importante o último livro de Meira, "*Geopolítica e Trópicos*", escrito em 1984. O professor da Universidade de Cambridge, Phillip L. Kelly, em recente artigo para o *Journal of Latin American Studies*, analisa o pensamento de quem considera o mais importante geopolítico brasileiro da atualidade e nos diz que... "do ponto de vista dos princípios éticos e do exercício do poder, Meira Mattos defende procedimentos democráticos", argumentando: "Nas sociedades abertas e livres, os elementos de persuasão predominam, baseados na convicção, na participação espontânea, no sentimento de obrigação social do cidadão; nas sociedades totalitárias fechadas, os instrumentos de

coerção e revitalização de mitos carismáticos ocorrem usualmente." De outro ponto de vista, Meira vincula democracia e progresso em relação ao desenvolvimento, estabelecendo a meta para uma "sociedade democrática brasileira desenvolvida, estável e feliz". O professor Kelly prossegue: "A nova confiança do Brasil em seu papel mundial de potência levou-o, durante a década passada, a uma maior preocupação por sua segurança no Atlântico Sul." O general afirma este ponto, quando declara: "Devemos chegar ao fim do século com uma disponibilidade de segurança militar que nos garanta o uso das vias aéreas e marítimas do Atlântico Sul, estabelecendo ali uma força estratégica dissuasiva de grande mobilidade"... "Os parâmetros da segurança atlântica, de interesse para o Brasil, são analisados por Meira da seguinte maneira: "o eixo Belém-Recife-Dacar estende-se ao norte em direção ao trópico de Câncer, envolvendo o Caribe – especificamente o Canal de Panamá, Trinidad-Tobago e as Antilhas Orientais – seguindo pela Península Ibérica e Gibraltar". "Em referência aos extremos meridionais" – prossegue Kelly – "o general está particularmente interessado nos pontos de choque do Cabo sul-africano e da Terra do Fogo". "Daí ressalta a importância vital para o Brasil do acesso ao Pacífico e ao Oceano Índico e apresenta a reivindicação sobre a Antártica,

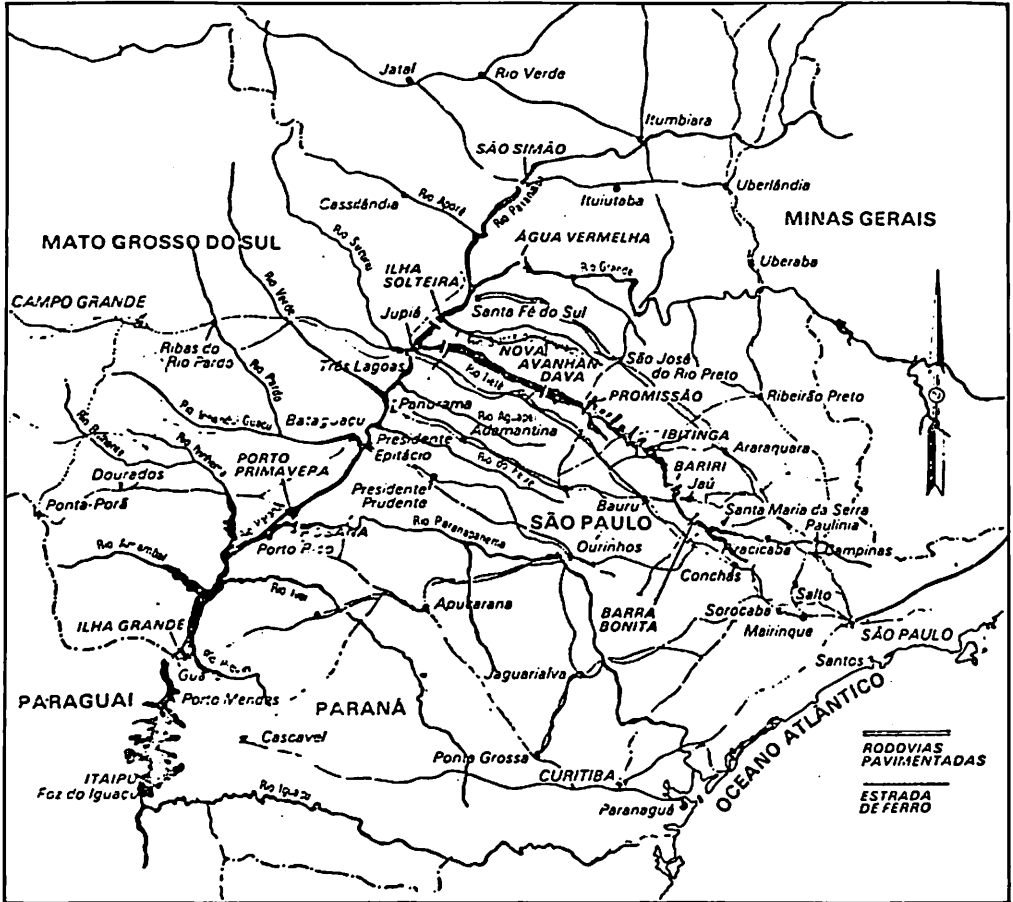


Figura 2.

tanto brasileira como argentina e chilena.”

### AS REALIZAÇÕES GEOPOLÍTICAS BRASILEIRA E ARGENTINA

O pensamento geopolítico brasileiro é acompanhado pelas realizações geopolíticas. A execução de grandes projetos de infraestrutura econômica consoli-

da o “novo determinismo”. Com o desenvolvimento dos “corredores de tráfico” e a promoção das “áreas interiores de intercâmbio fronteiro” (unidades econômicas com cada país vizinho), que são absorvidas pela dinâmica do crescimento brasileiro, vai-se consolidando a integração multinacional com gravitação brasileira. Algumas das realidades geopolíticas do Brasil – criadas

pela vontade de poder e em continuação a "objetivos-chave" de uma política nacional de potência emergente, definida por Meira Mattos como "a capacidade de impor a vontade própria aos outros" para atingir o status de grande potência mundial – que incidem diretamente sobre a organização do espaço argentino, são:

- a) A construção de portos profundos, principalmente no Rio Grande do Sul, com o fim de dominar o Atlântico Sul. A revista *Veja*, de S. Paulo, comentava, em 20/7/71, em um artigo intitulado "O controle dos mares do Sul", o seguinte: "Nenhum porto do Uruguai ou da Argentina poderá competir com ele"... "Por isso, o Rio Grande poderá, em alguns anos, obter o monopólio das exportações e importações do Cone Sul"... "O objetivo de conquistar a liderança política na Bacia do Prata elimina qualquer objeção econômica ao projeto."
- b) O desenvolvimento integral do programa dos "Corredores de Exportação" na Bacia do Prata, seguindo as diretrizes de Mário Travassos desde 1931. O objetivo – como vimos – é neutralizar as "influências platinas". Em 1977, o Brasil assinou o Acordo de Cochabamba com a Bolívia para estender as vias férreas Santos–Santa Cruz de la Sierra até Cocha-

bamba, que está unida à Arica, no Pacífico. O Brasil está, também, por trás da estrada Transchaco, que é o prolongamento do corredor Parahaguá–Assunção e que continua através do Chaco paraguaio, Bolívia e a conexão com as estradas da Argentina e Peru, para terminar no Pacífico.

As pontes Pasadas – Encarnação, Iguazu–Meira e as em projeto São Tomé–São Borja e outras alternativas ao norte, por onde sairá toda a produção do nordeste argentino, do Paraguai e da Bolívia.

- c) O Brasil está empenhado em aproveitar não só os recursos hidrelétricos na Bacia do Prata, como, principalmente, em desenvolver um plano integral de transporte fluvial, com a execução de canais artificiais de navegação e diversas vinculações entre as bacias Paraguai–Amazonas, Paraná–Paraguai, Amazonas–Paraná, S. Francisco–Paraná, dos rios Paraná e Uruguai com o Oceano Atlântico – através do rio Tietê, do Ibicuí–Jacuí e do rio Negro, principal afluente do Iguazu –, com o objetivo de criar uma complexa e integrada rede fluvial que cobrirá todo o seu espaço interior. O exemplo mais característico é a hidrovía do Tietê para conectar o rio Paraná (à altura do complexo de Urubu-

pungá, que compreende os diques de Ilha Solteira e Jupiaá, a 650km ao norte de Iguazu) com o Atlântico, na altura de S. Paulo. O deputado estadual Hélio César Rosas, em uma nota para o diário *O Estado de S. Paulo*, de 21/2/84, diz: "Quando a hidrovia Tietê-Paraná" estiver terminada, terá uma área interna que cobrirá cinco Estados da Federação: São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás, além de abarcar todo o território paraguaio, através do lago formado pela represa de Itaipu." "Serão 1.700km de hidrovias principais e aproximadamente 1.000km de ramais secundários"... "Para 1985, existe a possibilidade de transportar anualmente cargas pela hidrovia nos dois sentidos, interior - litoral, da ordem de 13.000.000 de toneladas, que em 1990 chegarão a 17.000.000t." Este projeto de saída pelos lagos interligados das represas acima de Itaipu (Itaipu, Ilha Grande, Porto Primavera, Jupiaá, Ilha Solteira) e do rio Tietê, com suas 15 eclusas, é fundamental para neutralizar as "influências platinas", satelizar o interior continental e derivar toda a produção, não só do Paraguai, como do noroeste argentino. Esta obra, já em sua fase final, é muito mais complexa econômica e tecnicamente que a canalização do Vermelho - um brin-

quedo de crianças, comparativamente - que em nosso país é impossível realizar.

- d) A construção da represa de Itaipu, a 13km de nossa fronteira, é outro claro "projeto geopolítico". O empreendimento ideal, e o que mais convinha econômica e tecnicamente ao Brasil - e certamente otimizava a produção energética e a navegação no amplo âmbito regional multinacional - era Sete Quedas, do engenheiro Octavio Marcondes Ferraz. Sete Quedas era exclusivamente brasileiro, porém o objetivo político de atrair o Paraguai para sua órbita, arrancando-o das "influências platinas", induziu o Brasil a firmar com o Paraguai a Ata de Cataratas, em 22/6/66, onde, na realidade, nasceu Itaipu. O convênio assinado no hotel Acaray, pelos chanceleres Magalhães e Sapena Pastor, expressa: "Fica convencionado que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desniveis do rio Paraná, desde Saltos de Guafrá até Foz de Iguazu, será dividida em partes iguais entre os dois países, reconhecendo-se a cada um deles o direito de preferência para a aquisição da energia que o outro não consuma, a um justo preço." Certamente o Brasil será o consumidor total, e, além disso, nada perdeu economicamente ao construir Itaipu - compartilhada - em lugar de

Sete Quedas – própria – pois o preço que abona da energia que corresponde a seu sócio é insignificante e está congelado nos valores de abril de 1973, quando foi firmado o convênio definitivo de Itaipu.

Todas estas realizações do Brasil devem mobilizar nossa criatividade e esforço como personagem importante na área regional, começando prioritariamente pelo aproveitamento fluvial múltiplo do rio Vermelho, como objetivo de integração física com os países limítrofes de todo o Nordeste argentino, território rico em recursos hídricos onde, além da produção de energia e outros usos, é fundamental dar prioridade ao transporte por águas interiores que tem um custo/km várias vezes inferior ao ferroviário ou por estradas de rodagem.

Daf a importância do Vermelho com um correto aproveitamento para todo o âmbito do Nordeste argentino e o grande valor da decisão da navegação por canais de uso múltiplo para reduzir drasticamente o custo/km – 5 vezes menos que por estrada de ferro e 15 mais barato que por caminhão – de extensos e afastados territórios interiores da Argentina e dos países vizinhos vinculados historicamente às correntes comerciais Norte-Sul do eixo Paraná-Rio da Prata.

As outras obras básicas nesse âmbito regional são o Pa-

raná Médio, Jaciretá-Apipé, com Itati como represa de contra-embalse, e sua conexão com o aproveitamento do Iberá, que se converterá assim – como o previu o genial engenheiro Carlos Santos Rossel – no centro do Grande Litoral Rioplatense e Corpus corretamente projetado. Também o importantíssimo rio Paraguai terá que ser utilizado (com obras compartilhadas pelo Paraguai e pelo Brasil), como o prolongamento do “eixo do Paraná”, para que os transportes e a navegação fluvial cheguem ao coração do continente. Estará, assim, a um passo de concretizar-se o projeto de Gabriel del Mazo e outros estadistas americanos para ligar a Bacia do Prata ao Amazonas (pelo Guaporé-Madeira) e ao Orenoco.

Hoje, mais do que nunca, é preciso que a “vontade criadora”, que foi patrimônio dos primeiros heróis da nacionalidade, triunfe sobre a decadência das últimas décadas, aproveitando os fatores geográficos essenciais com obras de infra-estrutura, para articular os eixos de circulação que permitam a localização de zonas industriais para o desenvolvimento regional e a complementação econômica na Bacia do Prata.

É preciso romper os “fios delgados do curto prazo” – a conjuntura – que absorve todas as energias de governantes e governados para que seja possível dar o “grande salto” que permita reconstruir o perdido equilíbrio geopolítico.

Com um dinâmico e decidido Projeto Nacional para curto e médio prazos, a Argentina recuperará no campo regional sua gravitação e prestígio de outras épocas e se converterá, através de suas realizações e moderni-

zação produtiva, em um dos esclarecidos porta-vozes da Unidade Latino-Americana para a grandeza e autodeterminação de todas as pátrias deste continente.

*NICOLAS BOSCOVICH – Doutor em Ciências Econômicas, especializado em estudos de infra-estrutura econômica básica e desenvolvimento regional. É colaborador dos principais periódicos especializados e conferencista convidado na maioria das universidades argentinas. Autor dos seguintes livros: "Soluciones Argentinas" (1960); "Un Proyecto Regional Argentino. Canalización del Bermejo de la Cuenca del Plata. Para la Creación del gran Litoral Argentino" (1979) e "Los Paises del Atlántico Sur. Geopolítica de la Cuenca del Plata" (1983), em colaboração. Colaborações para a revista Geopolítica: "Geopolítica y Geoestrategia en la Cuenca del Plata" (Nº 27 – 1983) e "Rio Bermejo: su Aprovechamiento Múltiple, Racional y Amplio" (Nº 29 – 1984).*